

PPR – RELATÓRIO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Referência: GS LEG ABC – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações
Conexas

Classificação: C0 – Público

INDICE

INDICE	2
INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO AO EXERCICIO	3
1. AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2022	3
1.1. Metodologia: atividades / riscos / medidas de mitigação	3
1.2. Governo, Controlo e Gestão do Risco	4
2. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2023 – PERSPECTIVAS FUTURAS E ADAPTAÇÕES AO NOVO MODELO	4
3. RISCOS DE GESTÃO: CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – AVALIAÇÃO GLOBAL 2022	4
3.1. RESUMO DAS ENTREVISTAS	4
3.2. CONCLUSÕES	6

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO AO EXERCÍCIO

A Leasys Mobility Portugal S.A. (Leasys Mobility) pertence ao Grupo Leasys, que por sua vez é detida por uma Joint-Venture, detida em partes iguais pelo Crédit Agricole e pela Stellantis. Até Julho de 2022, a Leasys Mobility (anteriormente designada ALD Automotive) era detida pelo Grupo Bancário Société Générale.

Neste sentido, desde há muito que tem implementadas políticas e procedimentos que visam o combate à corrupção, branqueamento de capitais, conflito de interesses e quaisquer infrações conexas.

O presente relatório visa avaliar a atuação da Empresa e dos colaboradores durante o ano de 2024, com referência aos processos e procedimentos que estavam implementados nesse ano, sendo que este exercício tem vindo a ser efetuado anualmente, desde 2020, conforme as normas em vigor do Grupo a que a Empresa pertencia.

1. AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2024

A avaliação da gestão e tratamento do risco de corrupção e infrações conexas com referência ao ano de 2024 foi feita com base num exercício de avaliação dos riscos de corrupção, que envolveu a análise das várias situações potenciadoras de riscos, bem como entrevistas aos vários departamentos, cuja atuação poderá estar mais sujeita a eventuais situações passíveis de corrupção e infrações conexas.

1.1. Metodologia: atividades / riscos / medidas de mitigação

O mapeamento das atividades foi efetuado pelo departamento de compliance, juntamente com as várias áreas de negócios, sendo que, em cada ano, é verificada a atualidade da informação reportada. Com referência a estas atividades, são identificados os cenários e fatores de risco, que podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Crédito (análise de cliente) e cobranças
- Financeiro (pagamentos e recebimentos)
- Manutenção
- Venda de usados

Os principais riscos identificáveis são:

- Facilitação na aprovação do cliente
- Conluio no recebimento de incobráveis
- Seleção, adjudicação e pagamento a fornecedores nas áreas de manutenção e sinistros
- Determinação do preço na venda dos usados

No entanto, a Empresa tem implementadas medidas que visam mitigar a ocorrência de práticas ilegais. São elas:

- Segregação de funções /vários níveis de aprovação em cada processo
- Monitorização dos serviços prestados por departamentos diferentes
- Procedimento de compras com regras e limites para Indicadores de monitorização da concentração de serviços nas oficinas
- Rotação de oficinas (peritos associados a oficinas e escolha feita pela Empresa)

1.2. Governo, Controlo e Gestão do Risco

Adicionalmente às medidas de mitigação referidas, a Empresa tem implementados sistemas de Governo, Controlo e Gestão do Risco.

Com efeito, estão implementados políticas, procedimentos e sistemas de controlo de primeiro e segundo nível, bem como auditorias aos processos.

Por forma a responsabilizar todas as partes, os controlos são efetuados, numa primeira linha, pelos responsáveis dos departamentos, sendo que, também na fase de monitorização e de aplicação das medidas adotadas, todos os colaboradores devem contribuir para a mitigação do risco.

2. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2025 – PERSPECTIVAS FUTURAS E ADAPTAÇÕES AO NOVO MODELO

Não estão previstas alterações a nível de organização, alerta e monitorização para o ano em curso, além da manutenção das medidas e procedimentos já existentes, bem como da respetiva monitorização.

3. RISCOS DE GESTÃO: CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – AVALIAÇÃO GLOBAL 2024

Anualmente, a Empresa realiza um exercício de avaliação dos riscos de corrupção e infrações conexas, pelo que neste capítulo irá proceder-se à avaliação e identificação, por áreas ou departamentos, dos referidos riscos, focando a análise, essencialmente, nas atividades mais relevantes e que em função da gravidade da consequência e probabilidade de ocorrência, apresentem um grau de risco mais elevado, indicando as medidas implementadas que previnam ou mitiguem a sua ocorrência.

Foram efetuadas várias entrevistas aos departamentos cuja atividade foi identificada como sendo de maior risco, colocando-se cenários que deveriam ser comentados, no sentido de perceber se as medidas de mitigação se encontram assimiladas e se são utilizadas no dia a dia.

3.1. RESUMO DAS ENTREVISTAS

Área de Crédito e Cobranças

São dois departamentos distintos e independentes. Foram identificados vários cenários de risco, nomeadamente relativamente ao processo de KYC e facilitação de aprovação de dossier (área de crédito) e conluio no recebimento de valores em dívida (área das cobranças).

No entanto, a empresa tem implementados vários mecanismos de controlo.

Crédito:

Com efeito, existe um procedimento implementado que se encontra em processo de atualização. Todos os casos são registados no sistema Salesforce, que contém toda a informação do dossier e respetiva aprovação, existindo segregação de funções relativamente às aprovações, tendo sido implementados valores limites.

Outra forma de mitigação de risco é através da realização do controlo trimestral no âmbito do Risk and Permanent Control, onde é analisada uma amostra de contratos, de forma a verificar a documentação solicitada ao cliente e respetivas aprovações.

Cobranças

Existência de uma política de segregação de funções e de controlos de mitigação pelas equipas do departamento financeiro e de risco e controlo permanente. Há que reforçar ainda que o departamento de cobranças não intervém nas contas correntes dos clientes, que é da responsabilidade do departamento financeiro.

Todas as situações que saem do âmbito do definido no procedimento têm que ser justificadas pelo supervisor do departamento. Adicionalmente, as provisões dos clientes são calculadas mensalmente e são validadas pelo Departamento Financeiro e pelo Departamento de RCP.

ÁREA OPERACIONAL

Sinistros

A principal área de risco tem a ver a possibilidade de alteração de valores nos relatórios de peritagem, uma vez a oficina de reparação é da rede e os relatórios são analisados manualmente.

No entanto, existe uma segregação de funções na execução do processo e limitações / workflow em termos de aprovação de faturas e é feita uma análise dos custos com sinistros, e dos desvios pelo departamento financeiro, existindo assim um controlo interno sobre o processo

Manutenção e Pneus

O principal risco prende-se com a manipulação nas oficinas, a pedido do cliente e/ou em conluio entre o cliente e um elemento da Leasys, onde é realizada uma reparação superior à necessária e /ou são colocados elementos extra na viatura, que de outra forma não seriam necessários.

No entanto, todos os pedidos têm de ter uma ordem ("work order") associada e as reparações e extras de valor superior ao limite definido para a função têm de ser validados pelo responsável pela Manutenção. É feita também uma análise à concentração das oficinas por operador / cliente, bem como aos custos de manutenção e desvios.

Remarketing

O principal risco prende-se com a possibilidade de se atribuir um valor distinto e/ou atribuindo uma depreciação à viatura que não correspondesse à realidade. Há também o risco da não existência de autorização para um desconto superior ao limite definido para a função, na viatura.

No entanto, por forma a mitigar os riscos, está implementada uma segregação de funções entre quem atribui os valores para venda e quem os aprova para colocação nos sites, existindo um controlo do valor pelo departamento de operações. Adicionalmente o departamento financeiro os valores de vendas e respetivos desvios.

Por outro lado, o preço da viatura é fornecido pelo sistema, que está em conexão com a Eurotax (preço médio de mercado), sendo que o preço da viatura é enviado ao cliente 3 meses antes. Se o cliente manifestar interesse, é feita uma análise à viatura. O vendedor tem autonomia para ir até um limite pré-definido de desconto. Caso o desconto seja superior a esse limite, terá de ter validação do superior hierárquico;

Por último, é realizado um controlo de faturas relacionando-as com as vendas dos mês

Financeiro

O risco prende-se com os recebimentos de Clientes e alocação nas respetivas contas. A quase totalidade dos recebimentos é feita através de débito direto, existindo faturas comprovativas.

Exceção feita ao departamento de Remarketing que, pela sua especificidade, alguns recebimentos poderão ser feitos em numerário.

Há ainda que elencar as transferências, nomeadamente do departamento de jurídico, na área de contencioso, em que há uma identificação das cobranças, e é identificado por pessoa A e lançado por pessoa B em sistema, cumprindo com o princípio da segregação de funções.

Estas transferências são residuais, e existe o risco de execução.

Apesar de quase todos os pagamentos serem realizados de forma automática, há por vezes a necessidade de pagamentos manuais, onde se dá a inserção manual do valor. Aqui há, portanto, o risco de inserção de um valor superior ao necessário e/ou pagamentos a entidades com as quais não há relação

Outro risco prende-se com a colocação de IBAN's de fornecedores em sistema ou com a emissão de notas de crédito (nomeadamente, para anulação de débitos emitidos, de reembolso ao cliente de alguma despesa e/ou em situações resultantes de perdas operacionais).

No entanto, estão implementados mecanismos de controlo que visam mitigar drasticamente estes riscos, a saber:

- Segregação de funções
- Controlo interno:
- Reconciliações bancárias
- Controlo regular sobre os IBAN registados / modificados
- Linha dedicada para atendimento aos Fornecedores

As notas de crédito são feitas de forma automática pelo sistema, sendo que as notas de crédito manuais seguem um processo de validação iniciado pelo colaborador, passa pelo diretor do departamento e termina com a validação do responsável pela Contabilidade, nalguns casos pode ser necessário validação hierárquica superior, antes de serem emitidas pelo departamento de faturação.

As notas de crédito são reembolsadas ao cliente (para o mesmo IBAN da conta de onde os pagamentos são efetuados e em cumprimento do princípio KYC), e somente após assinatura do cliente (confirmando a aceitação, para cumprimento das normas fiscais).

Encontra-se ainda implementado um procedimento de perdas operacionais ("LDC – Loss Data Collection") implementado com reportes regulares ao Grupo

3.2. CONCLUSÕES

Da análise efetuada, verifica-se que as medidas identificadas no Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas se encontram implementadas, concluindo-se que o grau de execução global do Plano é satisfatório. Todos os riscos identificados encontram-se cobertos por medidas de mitigação. De um modo geral, os responsáveis das áreas consideraram que as medidas de prevenção em vigor se revelam adequadas. Não obstante, em determinadas situações pontuais foi sugerida a implementação de novas medidas, nomeadamente novos controlos (ex. verificação dos fornecedores que não têm equipas de compras centralizadas).

Em conclusão, verifica-se que, de um ponto de vista global, as situações identificadas como sendo de maior risco para a atividade da empresa estão cobertas por procedimentos internos, são monitorizadas e /ou têm implementadas medidas de mitigação, o que faz com que as probabilidades de ocorrência e gravidade sejam, na maioria dos casos, baixas.